



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



EDITORIAL: BRASIL 2023: O QUE FAZER?

PG.2

PG.4

**OS DESAFIOS ORGANIZATIVOS
DO TRABALHO EM SAÚDE**

**GOVERNO RUI COSTA DEIXA LEGADO DE
DESTRUIÇÃO NA EDUCAÇÃO BAIANA**

PG.6

PG.7

**DE BOGOTÁ A CARACAS, A RETOMADA
DAS RELAÇÕES COLÔMBIA-VENEZUELA**

**ENTREVISTA DO MOMENTO
TITO BELLINI**

PG.08

PG.11

**ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)**

NAS ENTRANHAS DO BRAZIL

PG.14

PG.15

**VIVA ZULEIDE FARIA DE MELO!
91 ANOS DE VIDA E LUTA!**

Nota do Conselho Editorial

Por razões técnicas e organizativas, o Conselho Editorial de O Momento – O Diário do Povo informa que esta é uma edição dupla deste jornal, contemplando os números: **29 e 30**.

EDITORIAL

Brasil 2023: o que fazer?



Foto: Warley Andrade/TV Brasil Gov

Por Milton Pinheiro

“E enquanto nos preparamos para ir ao encontro dos demais, para recomeçar a guerra, o céu negro, carregado de tempestades, levanta-se docemente sobre nossas cabeças. Entre duas massas de nuvens tenebrosas, aparece tranquilo um raio de luz e esta fímbria tão estreita, tão pobre, com aparência tão pesada, mesmo assim nos traz a prova que o sol existe”. (Henri Barbusse)

A conjuntura brasileira na pré-eleição definiu balizas importantes para a gerencialização da vida política e institucional, ao mesmo tempo que estabeleceu significativas amarras para o funcionamento do Estado. Essas pontes para o atraso foram aceitas de forma confortável pelo candidato da social-democracia tardia e seu complexo campo de apoio político, do Psol (mesmo com protestos internos) aos círculos reacionários que tem como estratégia recompor o novo bloco do poder. São pontes que ligam, do ponto de vista dos interesses populares, para a imprevisibilidade.

O processo eleitoral, mesmo com todas as dificuldades para enfrentar a mentira como instrumento de poder, abriu portas que ficaram nítidas para se compreender o que é a política brasileira. Temos um confronto central entre a extrema direita, com presença de massas, versus uma ampla articulação democrático-liberal, cujo principal aspecto de sustentação dessa articulação é uma fraseologia de corte moral. Integrado a esses campos, temos na primeira conformação a extrema direita golpista, massas de delinquentes com conotação terrorista, frações da burguesia interna consorciada ao imperialismo (agronegócio

em especial), o partido fardado, segmentos da mídia corporativa, o balcão de negócios do parlamento e forças policiais autonomizadas no processo institucional. Na vaga articulação democrático-liberal, agrupa-se a social-democracia tardia, o neodesenvolvimentismo político herdeiro da segunda internacional (com seu viés anacrônico), frações burguesas sedentas por espaço em um novo bloco no poder, oportunistas de esquerda e sua visão entrincheirada e as OS (organizações sociais) da política.

O resultado eleitoral derrotou o governo de extrema direita, mesmo ele tendo uma base delinquente ativa e de massas. O governo de destruição do Estado, negacionista, obscurantista e ideologicamente antissocial não teve seu pleito renovado. Contudo, diante de tamanha destruição, como pôde ainda ter a imensa votação que obteve? Esse fenômeno precisa ser analisado de forma totalizante, ou seja, levando em consideração as diversas variantes do processo.

A vitória, mais uma vez, da coligação burgo-petista demonstra que a bifurcação da política brasileira e do complexo da luta de classes está longe de colocar na contradição principal a disputa entre capital e trabalho. A centralidade da crise brasileira ainda é operada pela disputa entre a extrema direita versus a vaga articulação democrático-liberal. Ainda será necessário muito trabalho de base e organização política para o campo proletário e popular entrar em cena com papel protagonista.

No entanto, existe a possibilidade de que uma fissura

pode ser projetada para o futuro, contribuindo ainda mais para prejudicar os interesses da classe trabalhadora. Ou seja, se o governo que agora tomou posse claudicar do ponto de vista das questões sociais as massas rumarão à direita. As pistas da história nos informam que onde os governos da conciliação social-democrata passam, logo em seguida a direita se apresenta como opção de salvação nacional. A disputa para confirmação desse cenário está aberta...

A composição do governo burgo-petista, embora contenha ilhas de representação social importantes, é majoritariamente formado por representações oligarcas, mercado, forças políticas que representam o balcão de negócios do parlamento, o agronegócio, frações da burguesia interna, caserna golpista e intocável, e até representação da escória miliciana da baixada fluminense. Qual será o eixo central de ação desse governo diante de tantas amarras?

A história recente nos permite avaliar (golpe de 2016) que a conciliação burgo-petista, em sendo rearticulada, é um forte instrumento que poderá nos mover para uma nova derrota agora de caráter estratégico. Defender as liberdades democráticas, combater as desigualdades, defender o serviço público, garantir investimentos para o SUS, para a educação básica e a universidade pública são tão importantes quanto reestabelecer uma pauta política e ideológica de caráter progressista e popular. Neste sentido, seria fundamental criar o instrumento das assembleias populares para estabelecer consultas públicas sobre temas relevantes, essa forma política também seria extremamente importante para mobilizar a classe trabalhadora e enfrentar a correlação de forças no parlamento. Ao lado das assembleias populares, poderiam ser criados os referendos revogatórios e/ou proclamatórios.

Esses instrumentos da democracia direta seriam necessários, também, para enfrentar a presença da extrema direita que se estabeleceu em todos os espaços da vida social. Não será com o silêncio obsequioso do poder de Estado, até aqui, que o Brasil superará e derrotará as ações dessas hordas delinquentes e de caráter fascista que estão presentes na vida política nacional. Não deve haver trégua diante desse cenário, até porque, para variar, estamos em guerra.

O que significou os atos do dia 12 de dezembro de 2022? Sem dúvida foram ações organizadas de caráter terrorista que tinham por objetivo levantar os quartéis para uma empreitada de exceção na vida política brasileira. Está nítido que existe um concreto vínculo entre a extrema direita delinquente e as lideranças dos quartéis. A leniência como

essas hordas fascistas foram tratadas nas portas dos quartéis, em espaço da chamada área de segurança nacional, é uma comprovação da articulação dos comandantes militares (com sua formação arcaica do ponto de vista político e ideológico) e esses agrupamentos neofascistas.

Diante desse quadro, o que representa hoje as forças armadas? É urgente e necessário a construção de um projeto de Estado que refunde as forças armadas; não basta apenas tirar da sua vida cotidiana o perfil bolsonarista, é preciso torná-la um aparato profissional de defesa nacional e soberania, transformando-a efetivamente em instituição democrática. Trata-se de uma frente de batalha bastante complexa e difícil, mas, a sociedade brasileira tem que exigir que essa tarefa seja cumprida. Afinal, até aqui, as forças armadas têm sido o “Braço forte e mão amiga” da burguesia interna e do imperialismo.

A partir desse cenário político complexo e perigoso, não interessa à classe trabalhadora um governo de união nacional cujo eixo central da sua ação é a conciliação de classes; que tem como elemento político para movimentar seus interesses o discurso de combate às desigualdades, contudo com práticas que distribuem migalhas para o conjunto da população e mantém o essencial do Estado operando na lógica de “comitê executivo da burguesia”. A disputa deve ser aberta, mas não é uma disputa por dentro do governo, é um enfrentamento na sociedade, a partir da luta de classes.

Os impasses que se seguem criaram dificuldades manifestadas na cena política (abertas ou veladas) que devem ser afrontadas pela capacidade da esquerda revolucionária em constituir um instrumento de frente única de caráter proletário e popular. Essa frente única, dirigida pelo bloco revolucionário do proletariado, deve surgir do trabalho de base e da organização da classe trabalhadora. Esses dois vetores podem possibilitar um passo à frente na luta de classes ao ponto de modificar a contradição central da política, ou seja, trabalho versus capital. A batalha se dará nas ruas, nas fábricas, nas escolas, nas universidades, nas periferias e bairros populares, mas se dará também na batalha das ideias e na frente cultural.

Precisamos criar a partir desse projeto o programa que pode movimentar a classe trabalhadora com toda sua riqueza e perfil (gênero, raça e orientação sexual) para as novas jornadas de lutas. A conciliação de classes e seu governo de união nacional não interessa ao projeto de futuro da nossa classe.

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires, Alexandre Mask, e João Abreu
Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
João Abreu

contato@omomento.org | www.omomento.org



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição
Ágatha Luz, Guilherme Corona, Camila Fernandes, Heitor Carvalho, Gabriel Galego e Secretaria Nacional de Agitação e Propaganda do PCB
Revisora responsável
Camila Oliver
Colaboradores de redes digitais
Matheus Moreira, Rafael Requião

o m o m e n t o b a

o m o m e n t o b a

www.omomento.org

www.omomento.org

OS DESAFIOS ORGANIZATIVOS DO TRABALHO EM SAÚDE



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Rômulo Caires

Após a vitória de Lula no pleito eleitoral de 2022 e a efetivação de sua equipe ministerial, há, naturalmente, um incremento nos ânimos populares e otimismo quanto ao futuro do país. Com a nova ministra da saúde, Nísia Trindade, por exemplo, há promessas de uma virada completa nas políticas de saúde anteriores, saindo do chamado “negacionismo” em direção a propostas afins à Reforma Sanitária. Sem avançar na análise de um ministério que mal começou, gostaríamos de trazer ao debate um ponto que parece escapar àqueles que não enxergam a luta para além da ocupação institucional: **os desafios organizativos das**

trabalhadoras e trabalhadores da saúde na atual conjuntura.

Colocar a centralidade da análise nos desafios organizativos da classe trabalhadora na saúde requer breve preâmbulo: como pudemos desenvolver em outro texto, o complexo da saúde contemporâneo integra em si o conjunto das demandas sociais que devem ser amparadas pelo Estado e/ou oferecidas pelo mercado, e o mundo do trabalho que garante que tais demandas sejam atendidas. Apesar da vigência do SUS, no Brasil há coexistência entre sistemas de saúde público e privado, com

crescente predominância do segundo sobre o primeiro.

A continuidade do capitalismo e suas formas de exploração subordinam o bem-estar social ao lucro privado. Nesse sentido, além do trabalho em saúde se concentrar cada vez mais no setor privado, aumentam também os modelos precarizados de contratação. Mesmo a categoria médica, que representa os maiores salários no setor saúde, vem sofrendo com o processo de terceirização e aumento das taxas de exploração. A categoria da enfermagem, que possui os maiores contingentes da força de trabalho no setor saúde, além de baixos salários também sofre como as maiores vítimas da pandemia por covid-19.

Diante do avanço do capital e seus processos crescentes de crise e destruição, diante do esgarçamento dos limites integrativos do capitalismo brasileiro, seria necessária a radicalização da esquerda no geral e da classe trabalhadora da saúde em particular. A pandemia gerou enorme desgaste na força de trabalho sem quase nenhuma contrapartida do governo anterior, o que poderia desencadear o aumento das insatisfações e contestações ao atual ordenamento. Tal insatisfação de fato esteve presente, com seu auge na luta das enfermeiras pela efetivação do piso salarial. Por que então não assistimos a uma continuidade nessas lutas, por que ela não se transformou em grande movimento de massas?

Para ensaiar uma resposta a esta complexa questão devemos voltar nossa atenção à direção hegemônica das lutas na saúde nas últimas décadas. A Reforma Sanitária brasileira foi um importante movimento que aglutinou múltiplas forças, desde movimentos comunitários, usuários de saúde, até trabalhadores da saúde sindicalizados e trabalhadores independentes, como também a presença de importantes setores da intelectualidade. O fio condutor que unificava tais forças era a proposta de democratização da sociedade brasileira a partir principalmente da ocupação de posições dentro do Estado e ampliação de reformas que reestruturassem o sistema de saúde no país.

Foi justamente no setor saúde que se evidenciou, com maior intensidade, a proposta de via eleitoral ao socialismo, com todo o con-

junto tático-estratégico que tal via impõe na vida política brasileira. A Reforma Sanitária solidificou o imaginário sobre a possibilidade de uma progressiva ampliação do direito à saúde a partir da pressão exercida de baixo para cima e do incremento da “participação” política das massas a partir de conselhos e instrumentos regulatórios do Estado. Há, por essa via, uma predominância do entendimento do setor saúde pela via “distributiva” ou, para parafrasear Engels, há uma predominância da concepção de mundo jurídica.

Isso quer dizer que o foco das lutas não estava nos conflitos de classe existentes no mundo da produção, mas no incremento da “participação popular” nas decisões governamentais. Essa perspectiva, ao fim e ao cabo, desarmou a classe trabalhadora, diminuiu seus ímpetos de luta e deu livre passe para que as políticas neoliberais se implementassem com toda a sua força. O resultado de décadas de conciliação de classes e reformismo pode ser percebido na desestruturação crescente do trabalho em saúde, que foi um dos primeiros setores a sofrer os efeitos da reforma trabalhista e das terceirizações.

Nesse sentido, urge a estruturação de uma crítica ao conjunto de concepções e práticas econômico-políticas presentes na Reforma Sanitária, não como uma via de recusar seus avanços, mas na perspectiva de entender o seu esgotamento estratégico. Reconectar as lutas no setor saúde ao âmbito da luta de classes e a perspectiva da totalidade deverá passar por ao menos três momentos fundamentais: atualização de uma política sindical classista de acordo com os novos marcos do capitalismo mundial; formulação de uma práxis no campo comunitário que não se limite à ocupação de posições dentro do Estado burguês; reestruturação radical das lutas antimanicomiais. Nas próximas edições, abordaremos cada um desses momentos de forma mais detalhada.

GOVERNO RUI COSTA DEIXA LEGADO DE DESTRUIÇÃO NA EDUCAÇÃO BAIANA



Foto: Agência Brasil

Por Agatha Luz

Rui Costa (PT), novo ministro-chefe da Casa Civil, deixa em seu passado imediato um legado de oito anos de consecutivos assaltos aos direitos da classe trabalhadora, e uma política conservadora, militarizada e penitenciária de manutenção das forças públicas baianas operada a partir da brutalização da vida negra-pobre-periférica. Sem dúvidas, o sistema de ensino público baiano sofreu imensamente nas mãos devastadoras do petista, e é fundamental que esse ponto não caia em esquecimento.

A infraestrutura do aparelho educacional público baiano se encontra profundamente usurpado de condições apropriadas de funcionamento, graças às políticas arrasadoras de redução de gastos e da infiltração desmascarada dos interesses de mercado dentro das instituições públicas de ensino, a exemplo da privatização de serviços de limpeza e de manutenção dos restaurantes universitários, como na situação vergonhosa do [RU da UNEB](#).

Um dos pontos mais baixos de precarização da escola pública é a completa falta de compromisso com a garantia e melhoria dos direitos trabalhistas dos professores(as) que agregam à rede estadual de ensino, cuja cereja do bolo é o "sequestro" dos recursos anuais excedentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que deveriam ser revertidos ao aprimoramento e valorização do corpo docente.

Para além disso, existem as contradições que permeiam a implantação de projetos como o Programa Estadual de Permanência Estudantil (PPE),

regulamentado pelo governo Rui Costa em 2017.

O PPE, supostamente esboçado para atender às demandas urgentes do movimento estudantil em relação à viabilização e incentivo dos estudantes do ensino superior em continuarem seus estudos, na prática, impôs um sistema de disponibilização de bolsas-auxílio excludente e ineficiente graças a uma série de determinações absurdas - como a obrigatoriedade do vínculo ao CadÚnico, proibição de um vínculo empregatício, e suspensão do benefício caso o aluno seja reprovado em mais de duas disciplinas ou precise trancar sua matrícula.

É impossível não citar com desgosto, também, o projeto agressivo de militarização das escolas estaduais através da implementação do sistema educacional do Colégio da Polícia Militar (CPM) nesses ambientes estudantis a partir de 2018.

A implementação abusiva de políticas de extorsão e adestrção do serviço público de ensino aos moldes conservadores da austeridade e do militarismo resultou na castração ostensiva de direitos, dignidade, rendimento e incentivo de seus funcionários e alunos durante o governo Rui Costa.

Este cenário sombrio da rede estadual de ensino baiano ilustra perfeitamente o porquê não devermos nos contentar com as migalhas conciliadoras de governos pseudoprogressistas que, essencialmente, agem ofensivamente contra os interesses da classe trabalhadora, apesar de alimentarem uma imagem popular.

DE BOGOTÁ A CARACAS, A RETOMADA DAS RELAÇÕES COLÔMBIA-VENEZUELA



Foto: REUTERS/Juan Pablo Bayona

Por Guilherme Corona

Iniciada em setembro de 2020, a retomada das relações diplomáticas entre a Colômbia e a Venezuela alcança um novo patamar em janeiro com a abertura total da fronteira.

A história compartilhada entre a Colômbia e a Venezuela é de séculos, mas podemos retomar o evento histórico da libertação anticolonial e da fundação da Grã Colômbia, por Simón Bolívar, dentro do seu projeto libertador da Pátria Grande. Este país que unifica os territórios do que viriam a ser as nações colombiana e venezuelana não duraria muito tempo, seria logo desmembrada pelas disputas oligárquicas.

Desde então, os países vêm experimentando diferentes momentos em suas relações, marcados, principalmente, pela disputa fronteiriça e regional. Os governos oligárquicos nunca foram capazes de oferecer um projeto anti-imperialista que levasse adiante a integração regional, favorecendo a cooperação entre os povos latino-americanos e possibilitando um ponto de inflexão contra o imperialismo ianque.

Novos atritos viriam a surgir no governo Chávez, com a sua retomada do projeto bolivariano e revolucionário para a América Latina. As acusações de Uribe no âmbito da OEA, de que a Venezuela abrigaria guerrilheiros da FARC levaria ao rompimento das relações entre os países, em julho de 2010, sendo logo retomadas, em agosto, com a posse de Juan Manuel dos Santos, novo presidente colombiano.

Em 2018, começaria outra crise diplomática, iniciada com uma denúncia de Maduro, a qual vinculava Juan Manuel dos Santos a uma tentativa de ataque, e que seria coroada com o reconhecimento da Colômbia a Juan Guaidó como presidente da Venezuela, numa tentativa de golpe ao presidente Maduro e rompendo definitivamente as relações entre os países.

É com esta tentativa de golpe que se inicia um

longo período de assédio, diplomático, econômico e militar ao governo Maduro, no qual o bloco imperialista, liderado pelos EUA, tenta de diversas formas retirar o presidente eleito do cargo, com bloqueios de fundos venezuelanos no estrangeiro, embargos, ensaios de operações militares com mercenários e uma ofensiva diplomática, facilitada pela onda de extrema-direita na América Latina.

Essa seria uma tentativa falha, que não consegue tirar Maduro do poder e vai se desgastando com o passar do tempo, sofrendo seus golpes finais com a retirada do apoio ianque a Guaidó, sua saída da presidência da Assembleia, e a retomada dos investimentos da Chevron na Venezuela, tudo isso seria facilitado pelas derrotas eleitorais da extrema-direita na vizinhança, o aumento dos preços do petróleo dado ao conflito russo ucraniano e a falta de apoio popular a deposição de Maduro.

É nessa onda de vitórias eleitorais da social-democracia que entra Gustavo Petro, quebrando com a histórica governança direitista na Colômbia. Apesar de não ser nenhum comunista, a vitória de Petro abriu novos campos para a disputa popular na Colômbia, com iniciativas de pacificação do país, e a retomada de uma perspectiva de integração regional, no país que antes era tido como uma capitania ianque na América do Sul.

A retomada das relações entre a Colômbia e a Venezuela, iniciada em setembro de 2022, e que acaba de passar um grande marco no dia 1º de janeiro de 2023, com a abertura total da fronteira, é um passo à frente na reconstrução da independência latino-americana, tão danificada nas mãos da extrema-direita. Apesar de não abrirem caminhos para se pensar a Pátria Grande, Petro e Maduro poderão desempenhar um importante papel na integração regional, causando mais uma rachadura na hegemonia ianque.

ENTREVISTA DO MOMENTO TITO BELLINI



Tito Flavio Bellini Nogueira de Oliveira: É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, sendo atualmente coordenador do Instituto Práxis de Educação e Cultura e do Núcleo de Estudos Marx e Marxismos - NEMARX. É militante do PCB desde 2007, membro da direção estadual de São Paulo, ex-candidato ao senado em 2022.

O MOMENTO - Você é um histórico militante do PCB e reconhecido historiador. Como examina a conjuntura brasileira nessa transição do governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro, para o Lula?

Tito Bellini - Primeiramente, quero dizer que fiquei muito feliz e honrado por poder participar dessa entrevista, então deixo uma saudação aos leitores e amigos da Bahia, em especial. A conjuntura brasileira é grave e difícil para a classe trabalhadora. A vitória de Lula foi fundamental pois aglutinou amplos setores da esquerda, progressistas e democratas em torno da derrota eleitoral dos fascistas. A tentativa de golpe subsequente, inclusive com a preparação de atos terroristas, demonstrou que esse setor reacionário não defende sequer uma democracia formal, política, de viés liberal. Demarcou os setores econômicos, políticos e sociais mais autoritários, com seu ranço escravocrata, anti popular e antinacional. Deixou a luta de classes mais evidente e brutal. A posse de Lula foi marcante e histórica, pelos novos protocolos e pelos compromissos reafirmados em ambos os discursos de Lula, no Congresso e no Parlamento do Palácio do Planalto. Foram importantes para reafirmar compromissos sociais e populares importantes: revogação do teto de gastos, enterro da reforma “escravagista”, combate à

desigualdade social, defesa das empresas públicas, punição dos criminosos do governo Bolsonaro. Os novos ministérios criados ou recriados e os ministros indicados para essas áreas, também dão uma tônica do que podemos vir a ter em relação à participação política popular: Ministério da Cultura, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Trabalho, entre outros. Nós, comunistas, estivemos com força na batalha do segundo turno e na posse de Lula. Temos clareza que a correlação política é difícil e o bolsonarismo e o fascismo seguirão vivos. Não há clareza se de fato trata-se de um governo em disputa, com possibilidade de estar mais à esquerda do que os de 2002 e 2006. Esse será nosso papel: seguir mobilizando e organizando a classe trabalhadora para reivindicar e respaldar as reformas tão necessárias para superarmos os abismos sociais, bem pontuados pelo próprio Lula na posse. Sigamos atentos e mobilizados, pois a luta de classes não se encerra com uma vitória eleitoral.

O MOMENTO - Na última eleição, você foi candidato ao senado por SP, poderia apresentar os principais aspectos dessa jornada política?

Tito Bellini - A tarefa que me coube em 2022 me pegou, num primeiro momento, de surpresa, pois estávamos construindo uma candidatu-

ra a deputado desde 2021. Aceitei o desafio no ano do centenário e tentei contribuir da forma mais ampla, abrangente e articulada possível, com o conjunto do partido e das candidaturas que lançamos no estado de SP. Vinhamos tentando construir uma chapa que tivesse chances eleitorais, mas dificuldades nossas impediram isso. Ainda assim conseguimos lançar a maior bancada de candidaturas do Brasil pelo PCB desde a reconstrução revolucionária. Esse foi um aspecto que me levou a aceitar o desafio, pois fui um dos articuladores de diversas candidaturas nossas e a disputa ao Senado me permitiria continuar nessa tarefa de acompanhamento e respaldo, como de fato ocorreu. Tive sérias dificuldades pessoais, por problemas de saúde meu, de minha mãe, entre outros, o que praticamente me deixaram fora de combate no primeiro mês de campanha. Ainda assim, e sem o fundo eleitoral, que só chegou após as eleições, conseguimos rodar praticamente todas as regiões do estado. Mais do que levar nosso programa, foi possível apreender as diferentes realidades econômicas e, sobretudo, de atuação dos comunistas no Estado de SP. Uma riqueza que muitas vezes não conseguimos fazer chegar às direções intermediárias e estaduais do partido. São atuações em áreas diversas como organização de comunidades tradicionais, povos originários, trabalhadores sem teto, ocupações urbanas, assentamentos rurais, juventude, movimento sindical, agentes culturais, comunicação popular, entre outras. Isso reforçou a convicção e certeza que podemos caminhar para voltarmos a ser um partido que incida cada vez mais de forma orgânica e decisiva nos rumos da luta de classes e da organização popular em nosso país, com forma, liderança. O resultado eleitoral também foi expressivo: 59.449 votos, o que foi a maior votação obtida pelo PCB nacionalmente em 2022 e a terceira maior desde os anos 90.

O MOMENTO - Qual é a centralidade da sua atividade política em SP?

Tito Bellini - Sou militante organizado no estado de SP desde meu ingresso no PCB em 2007. Internamente, participo da direção estadual do partido e da direção macrorregional, entre outras tarefas que tenho. Assumi, recentemente, a Secretaria Estadual de Formação Política do estado de SP. Na atuação de base, venho me dedicando desde 1996 à militância, de forma ininterrupta. Inicialmente, no movimento estudantil de graduação e pós-graduação, e depois na atuação na área de educação e cultura. A partir de 2005, essa atuação foi sendo amplificada, através da construção coletiva de um instrumento local de intervenção, que é o Instituto Práxis de Educação e Cultura, que se tornou

também o Ponto de Cultura Pedra no Sapato, na cidade de Franca. Nesse espaço, organizamos ações importantes ao longo dos anos, seja na nossa sede, seja em articulações com outras frentes e entidades. Construímos um cursinho popular que funcionou entre 2009 e 2020. Realizamos cursos de formação política em vários anos e com diferentes temas, algo a ser retomado esse ano. Também desenvolvemos um trabalho investigativo relacionado à ditadura militar, que redundou no projeto Memórias da Resistência, com a publicação de um livro e um documentário focado em documentos inéditos da ditadura militar encontrados numa fazenda abandonada no interior de São Paulo, fazenda essa de um ex-delegado do DOPS. Indico nosso site para conhecerem o trabalho, embora esteja um pouco desatualizado: www.memoriasdareistencia.org.br

Em Franca, também temos uma atuação junto aos professores da rede estadual, a partir da Unidade Classista. Uma ação difícil, pois somos oposição à direção pelega da APEOESP, mas temos articulado com amplos setores do professorado, sobretudo os mais fragilizados e precarizados, que são os chamados “categoria O”. Ressaltamos que não há concurso para professores há 10 anos no estado.

No próximo ano, devo continuar com essa atuação local, mas também buscando aprofundar a organização do partido no estado de SP, ajudando a preparar o partido para o novo ciclo de lutas que se abre.

O MOMENTO - Poderia nos falar do seu compromisso acadêmico como professor da UFTM?

Tito Bellini - Contraditoriamente, minha atuação política é em SP, mas, minha atuação profissional se dá em MG. Estou na UFTM desde 2010 e acumulei diferentes ações e intervenções importantes, em articulação coletiva com outros colegas. Coordenei o departamento de História por uma gestão e também o PIBID por alguns anos. Participo como coordenador do Núcleo de Estudos Marx e Marxismos, onde desenvolvemos cursos e atividades ao longo desses anos.

Na docência, atuo como professor de História da América Contemporânea, além de disciplinas teóricas de marxismo. O compromisso tem sido, desde sempre, com a construção de uma universidade plural, popular, democrática. Aliás, esse deveria ser o compromisso de todos docentes. Temos tentando preparar e orientar os discentes não para o mercado de trabalho, mas para algo mais abrangente, demonstrando que a atuação na educação pressupõe não

apenas conteúdos, mas métodos e inserções na ação política cotidiana, algo que não necessariamente se dá apenas em sala de aula. Destaco muito isso aos discentes, que a universidade é esse conjunto. Daí a necessidade fundamental de políticas de permanência e assistência estudantil que garantam essa imersão de fato na vida universitária, tão crucial na formação dos estudantes. Eu mesmo, em minha graduação, precisei de moradia estudantil e bolsas, o que garantiram uma vida acadêmica mais plena e diversa. Pois, é algo que só pode ocorrer ainda na vida universitária, e não após isso.

O MOMENTO - A militância no movimento docente tem sido uma marca do seu compromisso com a universidade popular, como se efetiva sua participação nessa luta?

Tito Bellini - Do ponto de vista político, destaco sobretudo nossa atuação nas eleições para reitoria em 2014 e 2018. Na primeira, passamos de 48% dos votos válidos. Na última, vencemos na consulta informal e na lista tríplice. Infelizmente, como sabíamos, o governo Temer retardou o processo por ação direta da reitoria derrotada, levando a nomeação ao governo Bolsonaro. Fomos a primeira Universidade Federal a sofrer intervenção, quando o governo fascista não nomeou o reitor eleito, Fábio Fonseca, optando por um nome que sequer havia participado da consulta à comunidade acadêmica, o antigo vice-reitor. Rapidamente um oficial da Marinha foi nomeado assessor especial da reitoria. Nos encontramos sob intervenção desde então. Paralelo a isso, construímos uma associação de autodefesa nos moldes das antigas associações de ajuda mútua. A Associação de Defesa das Professoras e Professores da UFTM – ADPROU, vem tentando ocupar um lugar na garantia dos direitos dos professores da UFTM, visto que nossa seção sindical, infelizmente, é ligada aos interesses econômicos e políticos das elites de Uberaba, e compactuaram com o golpe que sofremos. Reconhecemos o ANDES como nosso sindicato, e estamos lutando para sermos filiados. Já temos vínculo com a Federação Sindical Mundial também. Esse instrumento político e jurídico tem tido um papel importante na articulação com a comunidade universitária, em defesa de uma universidade popular, democrática.

O MOMENTO - A batalha na frente cultural tem permitido avanços importantes na região de Franca (SP)?

Tito Bellini - Essa atuação nossa se dá desde 2005, mas sobretudo com mais ênfase a partir de 2009. A partir de nossa associação conseguimos ter uma sede e a mantemos em funcionamento até hoje. Costumo dizer que funcionamos como uma incubadora de projetos e grupos

sem espaço próprio. É uma articulação rica e difícil, pois há várias especificidades da atuação cultural e uma certa resistência à questão política. Temos buscado superar isso cotidianamente, com relativo sucesso, pois não escondemos jamais nosso viés socialista e marxista, seja no nosso estatuto, seja na estética da nossa sede. Também funcionamos como um espaço físico onde diferentes organizações de esquerda conseguem se reunir e promover atividades.

Essa é uma atuação que leva a formação de militantes também em questões burocrática-legais, muitas vezes uma deficiência nossa na atuação cotidiana. Evidente que a cultura por si só, isolada, não garante mudanças e transformações duradouras. Precisa estar articulada com outras esferas da vida, e é o que buscamos apontar e demonstrar ao longo dos anos. Creio que temos obtido um relativo sucesso nessa perspectiva.

O MOMENTO - Como examina a luta dos comunistas para o ano de 2023?

Tito Bellini - Nossa luta é permanente, uma continuidade dos desafios de 2022. Temos um vasto campo aberto. A procura de pessoas interessadas em estarem organizados conosco foi gigante no pós-eleitoral. No Estado de SP, caminhamos para triplicar nosso tamanho, o que, creio eu, esteja ocorrendo em todo o Brasil. A grande frente de conciliação de classes para eleger Lula, caso impeça de fato mudanças estruturais, poderá levar outros setores de esquerda a virem se organizar conosco.

Mais do que um aspecto reativo, onde esperamos interessados a se organizarem, deveremos ser atuantes no cotidiano buscando aprofundar essa atuação, com formação e sem medo de crescer, superando dificuldade e problemas que porventura surjam. Só com uma forte organização nacional, de quadros, mas numericamente expressiva, conseguiremos retomar o lugar que os comunistas nunca deveriam ter perdido na luta de classes brasileira.

Então, a tarefa é abrangente, pois não é um papel apenas de dirigir setores aproximados, mas organizar os desorganizados, articular com os organizados, aprender com os movimentos que estamos inseridos, revitalizar e capilarizar nosso enraizamento social. Ser vanguarda é isso: a relação dialética entre ser direção e apreender com as bases, corrigir erros e evidenciar a necessidade da revolução socialista como única possível para que tenhamos um país substancialmente democrático e justo.

ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)



Foto: Andifes

Por Camila Fernandes e Heitor Carvalho

Depois de dois anos de pandemia do COVID-19, o ano de 2022 marcou a volta às aulas presenciais em todo o país e um Ensino Remoto Emergencial (ERE) precarizado e retrógrado. Além disso, foi um ano de extremo acirramento dos estudantes contra as políticas de cortes orçamentários e precarização nas políticas de assistência e permanência estudantil.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) passa por um momento extremamente crítico em relação às suas políticas de Assistência. A maneira como vem sendo conduzida a permanência de seus quase 40.000 estudantes é calamitosa e insatisfatória, colocando em risco a existência da maioria da categoria estudantil no espaço universitário.

Os bloqueios orçamentários destinados ao ensino superior brasileiro, sendo o último um

bloqueio de R\$344 milhões, feito em dezembro de 2022 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, impedem o funcionamento pleno das universidades federais de todo país, afetando desde o pagamento de despesas básicas dos campi até o pagamento dos auxílios e bolsas das instituições.

Cabe ressaltar que as Universidades Públicas se encontram em grave crise e toda comunidade acadêmica vem sentindo as mazelas dos golpes sofridos na educação pública. A crise orçamentária atinge sobretudo, os estudantes, filhos da classe trabalhadora brasileira, numa tentativa incessante de exclusão destes ao ensino superior e à educação gratuita e de qualidade.

Cenário comum também nas UEBAS, que no ano de 2022 encontraram os mais diversos

problemas relacionados à assistência estudantil, desde o pagamento de benefícios concedidos pelo estado, como também o mal funcionamento de seus restaurantes universitários, quando presentes em seus campi, e das moradias estudantis.

Como na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que terminou o ano letivo de 2022 sem abertura do restaurante universitário do Campus I, mesmo que esse tenha sido [inaugurado em dezembro de 2021](#), pela gestão do [ex-reitor José Bites](#), levando os estudantes da universidade a organizarem plenárias e mobilizações pela abertura imediata do RU, pautando a gratuidade no serviço para cotistas, bolsistas e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, denunciando o valor absurdo proposto pela reitoria de [R\\$16 por refeição](#). O ano letivo de 2022 na UNEB, se encerrou também com mobilizações estudantis no Campus II, em Alagoinhas, denunciando a precariedade das moradias estudantis e exigindo melhorias e reformas na casa dos estudantes.

Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), os estudantes, em 2022, denunciaram a construção do “burguesão”, um restaurante privado self-service exclusivo para professores e servidores, custeada pela própria universidade, enquanto o restaurante universitário utilizado pelos alunos é alvo diariamente de reclamação de estudantes, pelas filas enormes e má qualidade da comida. A existência do “burguesão” é um retrocesso de uma década na luta por [permanência e assistência estudantil](#) e escancara a segregação dentro da universidade instituída por sua administração central, separando os estudantes das demais categorias que compõem a UEFS.

É essencial que os estudantes tenham suas necessidades concretamente atendidas, de maneira que se torne possível manter-se vivo e apto a lidar com as demandas criadas por uma instituição de ensino superior. Uma vez que as principais políticas de permanência não são cumpridas ou efetivamente ofertadas, a permanência dos estudantes na Universidade fica comprometida e ameaçada.

No contexto da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o ano de 2022 refletiu um descaso na execução e no cumprimento de políticas essenciais de assistência e permanência. Com todas as dificuldades encontradas em um retorno presencial pós pandemia, o que agravou e dificultou ainda mais o ano letivo para os estudantes foi a péssima prestação dos serviços

básicos de assistência. Moradia, alimentação e transporte não foram, e não são garantidos com a qualidade mínima aceitável, uma vez que são pilares para a existência digna no espaço acadêmico.

Em relação aos Restaurantes Universitários dos campi, a precarização do serviço prestado pela Universidade Federal da Bahia pode ser considerada hoje um dos problemas mais graves a serem enfrentados na Instituição pelos estudantes. Contudo, a pauta não é tratada com a devida urgência pela sua Administração.

Atualmente, nenhum restaurante universitário ou ponto de distribuição funciona na Universidade. A UFBA, que conta com um restaurante universitário e dois pontos de distribuição em Salvador, depois de semestres conturbados e caóticos com a prestação desse serviço durante a pandemia, inicia o ano de 2023 sem previsão de retorno e inclusive, sem contratos com empresas possibilitadas de ofertar refeições¹. Essa situação é desesperadora para os estudantes, que faltando dois meses para o início do semestre letivo, não veem horizonte para reabertura de seus restaurantes, e retrata o cenário extenso de problemas com tal política de assistência, que há meses seu funcionamento ou não existiu, ou existiu de maneira extremamente deficitária.

Durante um período do último semestre de 2022, ainda com os contratos vigentes, os estudantes contaram com apenas dois pontos de distribuição, onde disponibiliza-se 250 porções no almoço e 100 no jantar, no ponto de distribuição de São Lázaro, e 180 refeições no almoço e 130 no jantar para o ponto de distribuição do Corredor da Vitória, para servir toda uma comunidade estudantil e trabalhadora que frequenta tais campi de Salvador². Esse é um cenário de extrema precarização das políticas de assistência e que se mostrou insuficiente quase que diariamente diante do número de pessoas que compõem a comunidade acadêmica da UFBA.

Além disso, a categoria estudantil enfrentou durante todo período de 2022 uma falta de transparência gigantesca na divulgação das informações relacionadas às decisões tomadas pelo corpo administrativo da Universidade em relação às mesmas. Essa é uma problemática que se mantém. Hoje, em um contexto de não-funcionamento dos restaurantes, tem-se um processo de reabertura pouco divulgado, com as empresas consultadas que não são citadas nas notas da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas

e Assistência Estudantil (PROAE), bem como um baixo fluxo de comunicação e informações prestadas à comunidade acadêmica.

É sintomático para uma instituição que se diz popular e inclusiva que esse descaso ocorra, pois é uma pauta que atinge a rotina do corpo estudantil e dos trabalhadores da Universidade de maneira completa e que em um contexto de tamanha gravidade como esse, precisa ser resolvido às claras, tendo um processo divulgado de maneira massiva e tratado em caráter emergencial.

Para além dos grandes períodos sem oferta de refeições, houve casos graves de intoxicação de pessoas que se alimentaram com a comida distribuída pelos restaurantes universitários. Conseqüentemente acarretou muitas queixas acerca da qualidade da comida distribuída. Houve casos de fios de cabelo e até um parafuso encontrados nas porções recebidas pelos estudantes nos restaurantes, o que é uma ameaça direta à vida de todas as pessoas que utilizam o serviço de alimentação, tanto no almoço quanto no jantar.

A suspensão atual do serviço de distribuição ocorreu em setembro de 2022, após um episódio como esse, sendo o mais grave acontecido na Universidade. A comida servida em um dos restaurantes universitários da instituição tinha presença de micro-organismos patogênicos, o que acarretou em mais de 18 casos de intoxicação de estudantes que buscaram atendimento médico, de acordo com informações dadas pela PROAE³. A gravidade dos casos foi tamanha que uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi necessária para atender os estudantes e funcionários afetados, o que foi confirmado em [nota da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador](#).

Desde o ocorrido, o distrato dos contratos com as empresas que produziam a comida dos restaurantes foi feito, após cobrança intensa do Movimento Estudantil para que isso ocorresse. As pautas levantadas pelos estudantes eram de maior transparência no trato da política de assistência estudantil, em especial ao que se refere aos restaurantes universitários, visto que a complexidade do caso exige um entendimento total do que está ocorrendo pela comunidade estudantil, que se encontra desinformada acerca dos avanços nas negociações que a UFBA afirma fazer nesses últimos meses.

As mobilizações estudantis na UFBA pautaram também a emergência na reabertura dos

restaurantes e seus pontos de distribuição, reforçando que é impensável vislumbrar um retorno às aulas sem um pleno funcionamento na oferta de refeições garantidas pela Instituição.

Por fim, nas diversas atividades realizadas pelo Movimento Estudantil, levantou-se para administração central a crítica à terceirização da gestão dos Restaurantes Universitários. A lógica terceirizada impedirá sempre um funcionamento pleno e digno, tanto para os estudantes quanto para os funcionários, uma vez que as empresas estão visando o lucro na prestação de um serviço público e assistencialista para uma comunidade. Para além disso, o funcionamento privatista impede o controle e o acompanhamento das condições básicas que garantem um serviço digno, pois fogem do controle da Instituição a qualidade dos insumos, bem como as práticas de segurança no preparo e distribuição das refeições, por exemplo.

A volta às aulas de 2023, na UFBA, deve ser marcada por mobilizações massivas de toda a comunidade estudantil para garantir o pleno funcionamento de suas políticas de assistência e permanência estudantil. As pautas na ordem do dia devem ser: a extinção do serviço terceirizado na gestão dos restaurantes; ampliação do seu horário de funcionamento e construção de espaços adequados para abrigar aqueles que utilizam o serviço, evitando filas enormes como ocorreram em todo o ano de 2022, e que caso venham a ocorrer, os estudantes tenham um local adequado para se proteger do sol e chuva enquanto aguardam; abertura imediata do ponto de distribuição do Canela e reforma dos demais; funcionamento em três turnos, fornecendo também café da manhã, em contrapartida ao que ocorria antigamente, com um serviço oferecendo apenas almoço e jantar, com alimentos livres de agrotóxicos, produzidos e fornecidos pela agricultura familiar e pequenos produtores; e que todo o processo de administração seja transparente, amplamente divulgado e de conhecimento de toda comunidade estudantil.

¹ Informação publicada pela PROAE em Comunicado nº 54/2022

² Comunicado nº 38/2022

³ Comunicado nº 49/2022

NAS ENTRANHAS DO BRAZIL



Por Gabriel Galego

<p>I</p> <p>o mundo parecia se desfazer em meus olhos o dragão da maldade devorando tudo e mais sangue na terra gerando Brazil. a poesia, fruto do mundo, parecia sumir. remói no peito a maquinaria diabólica contra quem nunca se importou com ouro e capital. saliva ganância pólvora inveja tudo marcado em gravuras de ferro e fogo nas histórias desse mundo dis- torcido.</p>	<p>II</p> <p>os boiadeiros passavam na terra queimada de sol infinito. chegavam nas matas que traziam lamúrias da chuva e da enchente. mas permanecia o charqueado e a jurema.</p> <p>III</p> <p>boiou no rio o corpo do pescador foi com deus. um dia, de manhã cedo, foi-se embora, morreu. boiou no rio o corpo do homem a lagoa, era o que diziam, protegia seu espírito. mesmo na lama desse mundo morreu de morte morrida, ataque do coração. foi com deus.</p>
--	---

MEMÓRIA

Em O Momento – Diário do Povo, costumamos utilizar o espaço de memória para relembrarmos a vida das saudosas e dos saudosos camaradas que já nos deixaram. Contudo, entendemos também que são importantes as memórias em forma de homenagem em vida àquelas e àqueles que dedicaram a sua existência à luta comunista. Esse é o caso da camarada **Zuleide Faria de Melo**.

VIVA ZULEIDE FARIA DE MELO! 91 ANOS DE VIDA E LUTA!



Por: Secretaria Nacional de Agitação e Propaganda do PCB

Nesse 06/01 nossa querida Camarada Zuleide Faria de Melo completa 91 anos de vida.

Alagoana, da cidade de Limoeiro, Zuleide se mudou ainda criança para o Rio de Janeiro. Formou -se em Ciências Sociais e ingressou no PCB em 1964. Esteve na URSS em 1968 por dois meses e passou a assessorar o Comitê Central auxiliando na redação do jornal "A Voz Operária". Ainda nos anos 1970, Zuleide foi uma das responsáveis pelo traslado dos arquivos de Astrojildo Pereira para fora do país. Esses arquivos estavam sendo procurados pelos órgãos da Ditadura Militar. Assessorou Luiz Carlos Prestes no início dos anos 1980 e foi co-fundadora do Conselho Brasileiro de Defesa da Paz e da Associação Cultural José Martí. Foi uma das responsáveis pela organização do movimento nacional em defesa do PCB, lutando contra os

liquidacionistas que tentaram acabar com o PCB entre 1991 e 1992.

Foi eleita Secretária Geral do PCB em 1996 permanecendo nessa tarefa até 2008.

Zuleide é uma referência histórica para todos (as) aqueles que a conheceram, seu compromisso e sua dedicação com a solidariedade internacional e com a defesa do socialismo são exemplos que nos inspiram a continuar essa luta revolucionária!

Viva a Camarada Zuleide!

Viva o PCB!